RECOMENDAÇÃO Nº 04/2020/MP/1ªPJCRIM

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio de sua Promotora de Justiça Titular do 1º Cargo Criminal de Parauapebas, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e normas legais infraconstitucionais, escorado nos fatos sociais e fundamentos jurídicos adiante expostos:

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público o controle externo da atividade policial, nos termos insculpidos no artigo 129, inciso VII, da Constituição Federal e no artigo 52, inciso I e inciso IX, da Lei Complementar Estadual 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO, ainda, que o Ministério Público é o *Dominus Litis*, ou seja, Dono da Ação Penal, cabendo a este o início da persecução penal, através da ação penal pública incondicionada e que o art. 55, parág. único, inc. IV, da Lei Complementar Estadual 057/2006 preconiza a expedição de recomendações;

CONSIDERANDO a Constituição Federal, em seu art. 129, inc. I, prevê que é função institucional do Ministério Público, promover, privativamente, a ação penal pública na forma da lei;

CONSIDERANDO o art. 100, parág. 1º, do Código Penal Brasileiro, vaticina que a ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça;

CONSIDERANDO o Código de Processo Penal, no art. 24, *Caput*, preconiza ser a denúncia nos casos de crimes de ação pública incumbência do Ministério Público Estadual e pelo fato do grande índice de descumprimento de isolamento social acarretando o crime de desobediência previsto no artigo 330 do CPB e ainda no crime de infração de medida sanitária prevista em lei, de acordo com o preconizado no artigo 268, também do mesmo diploma legal;

CONSIDERANDO a Organização Mundial de Saúde – OMS, em 30/01/2020, ter declarado Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII, dado o grau de avanço dos casos de contaminação pelo Coronavírus, classificando-o, em 11/03/2020, como uma “pandemia”, cobrando ações dos governos compatíveis com a gravidade da situação a ser enfrentada;

CONSIDERANDO os artigos 196 e 197 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, onde a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n.º 13.979/2020;

CONSIDERANDO os últimos boletins divulgados pela Secretaria de Saúde do Estado do Pará aonde é observado o número crescente de pessoas que adquiriram o COVID-

19 e ainda as pessoas que estão vindo à óbito em decorrência da pandemia, assim como estar figurando por diversas semanas seguidas com grandes índices de pessoas contaminadas pelo vírus;

CONSIDERANDO o alerta dos especialistas da saúde sobre o fato do vírus do Covid-19 estar migrando principalmente para as cidades do interior do Brasil;

CONSIDERANDO a cidade de Parauapebas ter passado por dois lockdowns em decorrência do alto índice de infectados, do aumento da curva de nível de pacientes com COVID-19 e da pouca oferta de leitos de UTI na rede hospitalar pública e particular e encontrar-se atualmente dentro da fase 2 (laranja), sendo considerada fase ainda de atenção;

CONSIDERANDO ter sido flexibilizadas as normas de isolamento social desde o dia 01 de junho de 2020, através do Decreto Municipal n.º 555, em virtude da retomada da economia local;

CONSIDERANDO o fato do supramencionado Decreto Municipal ter realizado a reabertura do comércio e atividades não essenciais pautado no aumento da capacidade de atendimento do sistema de saúde do Município de Parauapebas e ainda na colaboração diretamente dos comerciantes para primar pela segurança e saúde dos consumidores;

CONSIDERANDO o fato de ainda haver grande ocupação de leitos hospitalares da rede pública e particular e o alto índice de pessoas realizando tratamento domiciliar, por terem sido acometidas com COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no número 72, do anexo I, do Decreto Municipal n.º 555 de 2020, onde se verifica que estabelecimentos do tipo padarias, restaurantes e congêneres deverão funcionar com a capacidade de público, clientes e consumidores restrita a 30%;

CONSIDERANDO vários vídeos que circularam em grupos de redes sociais, WhatsApp e notícias veiculadas em blogs e telejornais do Estado do Pará, assim como em rede nacional de televisão, onde se percebe claramente o número de pessoas frequentando bares e estabelecimentos locais do tipo boate, com a capacidade bem acima da permitida no Decreto Municipal n.º 555;

CONSIDERANDO o teor do denominado Decreto Municipal onde o artigo 8º preconiza ser vedada a reunião de pessoas com o número superior a 10 (dez) frequentadores e ainda, o artigo 9º do mesmo, onde se estabelece a distância mínima entre pessoas em cultos, missas e eventos religiosos ser um metro e meio. Torna-se desproporcional autorizar o funcionamento de tipos de estabelecimentos como bares, boates e congêneres, onde não são obedecidos o distanciamento mínimo e nem o limite de pessoas permitido em locais fechados;

CONSIDERANDO a competência dos fiscais da vigilância sanitária, guarda municipal e polícia militar de realizarem rondas rotineiras neste tipo de estabelecimentos em horários restritos, de modo a fiscalizarem o cumprimento do decreto municipal;

CONSIDERANDO o fato dos frequentadores de bares e similares a boates estarem correndo o iminente risco de contrair e disseminar o COVID-19 pela aglomeração nestes tipos de estabelecimentos, em razão da desobediência a regra da distância mínima entre pessoas e ainda do uso de máscaras;

CONSIDERANDO o fato de muitas cidades brasileiras onde houve o afrouxamento das medidas de isolamento social, por não contribuição da população em geral houve o retrocesso de algumas medidas, havendo inclusive a decretação de novos lockdowns e fechamento de serviços até essenciais, como supermercados e postos de gasolina;

RESOLVE, nos termos das disposições do artigo 27, § único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, bem como no contido no artigo 55, § único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 057/06:

1-RECOMENDAR ao Prefeito Municipal de Parauapebas:

- a) Que redefina os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, em especial bares, boates e restaurantes, restringindo o funcionamento presencial até meia-noite, de modo a diminuir a incidência de aglomerado de pessoas;
- b) Que sejam intensificados o número e horários de rondas de fiscalização através das equipes da vigilância sanitária, Polícia Militar e Guarda Municipal;
- c) Que, caso o número de equipes e veículos seja insuficiente, sejam redimensionadas em maior abrangência para os horários de pico, quando, rotineiramente, ocorrem aglomerações e maior número de pessoas frequentando bares, boates e congêneres;
- d) Que preveja a coibição de estabelecimentos funcionarem com a capacidade superior a 30% do número de frequentadores, assim como seja vedada a realização de shows, com o intuito de evitar maiores aglomerações;
- e) Que seja exigido para o funcionamento de bares e estabelecimentos congêneres a instalação de pias externas com disposição de saponáceo e álcool em gel logo na entrada para os clientes e frequentadores fazerem uso e realizaram a higienização;
- f) Que seja veiculado através de rádio, cartazes e no site da prefeitura municipal o telefone para denúncias do cometimento deste tipo de infração, sendo disponibilizado fácil acesso aos contatos da Vigilância Sanitária, Guarda Municipal e Polícia Militar;

- g) Com a fiscalização dos estabelecimentos, caso seja constatada a desobediência às normas, proceda-se a multa, sendo lavrado o auto de infração e lacrado para funcionamento;
- h) Que avalie a necessidade de estabelecimento de lei seca pelo período do contágio da pandemia do novo coronavírus, restringindo e limitando o acesso dos consumidores a compra de bebidas alcoólicas em lojas de conveniência, bares, distribuidoras de bebida, mercados e supermercados, sendo restrita a venda até a meia-noite com o escopo de evitar a aglomeração de pessoas em locais públicos e espaços de lazer, como praças, balneários, lagos, e demais locais, de modo a evitar aglomerações e propagação do novo vírus;
- i) Reavaliação do isolamento de locais públicos como quadras para práticas de esportes coletivos como futebol, basquete e voleibol, considerando o período de pandemia;
- j) Realizar a instalação de pias com saponáceo em espaços públicos como quadras esportivas, academias comunitárias, de lazer, como praças, balneários, entre outros espaços públicos que ocorram grandes aglomerações e demandem cuidados na propagação;

Neste ato, **ADVERTE** aos presentes direcionados que a inobservância da presente Recomendação acarretará a adoção pelo Ministério Público de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, devendo ser encaminhado a este órgão as respostas às determinações, **no prazo de 10 (dez) dias**, a ser enviado no **e-mail funcional: mpparauapebas@mppa.mp.br**.

Solicita-se que os meios de comunicação locais divulguem a presente Recomendação, em especial, canais de notícias locais e veículos de rádio difusão, promovendo a ampla divulgação e visando informar o maior número de pessoas possíveis.

Solicita-se, ainda, que o apoio administrativo remeta e encaminhe cópia da presente recomendação aos interessados abaixo discriminados, por meio eletrônico, com pedido de confirmação do recebimento. Após, envie-se cópia ao setor de comunicação do Ministério Público para a divulgação no site da instituição.

Interessados a serem feitas cópias da presente Recomendação:

Ao Excelentíssimo Juiz de Direito-Diretor do Fórum desta Comarca;

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Parauapebas;

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Parauapebas;

Ao Ilustríssimo Senhor Comandante da 23ª Batalhão da Polícia Militar de Parauapebas;

Ao Comandante da Guarda Municipal de Parauapebas;

Aos Excelentíssimos Delegados (as) lotados (as) no Município de Parauapebas, devendo o fazer na pessoa do Diretor da 20ª Seccional de Polícia Civil de Parauapebas;

Ao Secretário Municipal de Saúde do Município de Parauapebas;

Ao Secretário Municipal da Secretaria de Assistência Social de Parauapebas

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará,

Ao Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará;

Ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará;

Aos Excelentíssimos Promotores (as) de Justiça – Coordenadores (as) dos Centro de Apoio Constitucional e do Centro de Apoio Criminal do Ministério Público do Estado do Pará;

À Excelentíssima Promotora de Justiça – Coordenadora do Polo Sudeste Dra. Francys Lucy Galhardo do Vale.

Publique-se e Cumpra-se, assim como seja arquivada cópia em pasta própria.

Parauapebas/PA, 06 de julho de 2020.

MAGDALENA TORRES TEIXEIRA

Promotora de Justiça – Titular da 1ª PJ Criminal de Parauapebas
Exercendo suas funções por meio do trabalho remoto, considerando o ATO CONJUNTO N.º
001/2020-MP/PGJ/CGMP.